

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	9
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	10
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	11
10.5 - Políticas contábeis críticas	12
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	19
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	20
10.8 - Plano de Negócios	21
10.9 - Outros fatores com influência relevante	22

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**5.1. Descrição, quantitativa e qualitativa, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros.****Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros e preço do algodão, têm nos ganhos da Companhia ou em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

**Risco do aumento do algodão**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado do algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais no custo da Companhia. Para mitigar esses riscos a Companhia monitora permanentemente o mercado local e o mercado internacional, buscando antecipar-se ao movimento de preço. Adicionalmente a Companhia mantém estoque estratégico, visando equalizar custo e evitar a falta da matéria-prima e conseqüente prejuízo no processo industrial.

**Risco de moeda**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da sua moeda funcional. As moedas na quais estas transações são denominadas são dólar norte-americano, euro e franco suíço.

**Risco de taxa de juros**

A Companhia e sua controlada estão expostas a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos financeiros. Com o objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e sua controlada adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos majoritariamente atrelados ao CDI, para ajustá-los a valores próximos aos valores de mercado.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***5. RISCOS DE MERCADO****5.2. *Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pela Companhia, seus objetivos, estratégias e instrumentos.***

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela administração. No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles internos

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



### 5. RISCOS DE MERCADO

**5.3. *Em relação ao último exercício social, indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que estamos expostos ou na política de gerenciamento de riscos adotada.***

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



### 5.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgados nos itens acima.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**10 Comentários dos diretores****10.1 Os diretores devem comentar sobre:****a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia Industrial Cataguases (“CIC” ou “Companhia”) é uma indústria que atua no setor têxtil. Sua geração de caixa tem sido suficiente para cobrir suas despesas operacionais e suas dívidas. Ela investe constantemente na melhoria, manutenção e expansão da sua competitividade e capacidade produtiva. Para o financiamento destes investimentos, a CIC busca o apoio de bancos de fomento.

Globalmente, 2012 foi um ano marcado por uma neutralidade no crescimento econômico em relação a 2011, com a continuidade da crise na Europa, desaceleração na China, e período de recuperação nos Estados Unidos.

No Brasil, o Governo federal, com o objetivo de proteger o País contra os efeitos da desaceleração da economia global, fez mudanças na política fiscal e monetária, reduzindo tributos e juros.

Não obstante a conjuntura enfrentada, a Companhia Industrial Cataguases manteve seu histórico de resultado positivo, consolidando sua posição como principal fornecedor nacional de tecidos leves, 100% algodão, para vestuário e decoração. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio alcançou 3,56%, com uma geração de caixa proveniente das atividades operacionais de R\$ 29.079 mil e lucro líquido de R\$5.173 mil.

**b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:****i. hipóteses de resgate****“ARTIGO 7º - (...)**

**Parágrafo único** – O resgate poderá se efetuar de uma só vez ou por sorteio, a juízo do Conselho de Administração que, na operação, utilizará as reservas de capital ou os lucros.”

**ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

De acordo com o artigo mencionado no item anterior as formas de resgate dar-se-ão de uma só vez ou por sorteio.

**c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

**O endividamento líquido apresentou aumento de R\$ 1.568mil em função de um perfilamento de R\$ 25MM realizado no final do ano que teve em seu planejamento inicial uma sobra para compensar os desencaixes de caixa previsto na nossa eventual sazonalidade no início do ano seguinte.**

Nos último 3 anos o índice de cobertura da dívida líquida foi:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



Indicador	2010	2011	2012
EBITDA	2,31	2,69	2,95

O avanço do endividamento é resultado do plano de investimentos na modernização do parque fabril que se iniciou a partir de 2010 e o aumento da necessidade de capital giro, via aumento de estoque para melhor atender os nossos clientes na pronta entrega.

**d.** fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a principal fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes é o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social.

**e.** fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia não tem a intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez.

**f.** níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**CONTRATOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS RELEVANTES**

A tabela abaixo apresenta os contratos e empréstimo e financiamento mais relevantes:

Fonte	Assinatura	Finalidade	Juros	Vencimento	Saldo da Dívida (R\$ mil)					
					2007	2008	2009	2010	2011	2012
ABN AMRO REAL	29/10/2008	ALGODÃO	6,75% aa	26/06/2009	-	3.614	-	-	-	-
BBM	05/09/2008	CAP GIRO	CDI + 0,4% ao mês	05/08/2011	-	2.566	-	-	-	-
BDMG	15/06/2010	IMOBILIZADO	4,5% aa	15/06/2020	-	-	-	75	74	69
BNDES	08/03/2007	IMOBILIZADO	TJLP + 5,5% aa	15/03/2010	4.045	3.030	1.452	-	-	-
BNDES	08/05/2008	SISTEMAS	TJLP + 4,8% aa	15/04/2010	-	819	214	-	-	-
BNDES	20/10/2006	SISTEMAS	TJLP + 4,8% aa	15/11/2009	3.319	1.906	-	-	-	-
BNDES	09/06/2008	CAP GIRO	TJLP + 4,8% aa	15/05/2010	2.331	2.348	561	-	-	-
BNDES	30/09/2010	CAP GIRO	7% aa	15/12/2011	-	-	-	16.544	-	-
BRASESCO	13/07/2007	CAP GIRO	LIBOR + 0,5% aa	20/07/2011	5.832	5.958	4.481	2.936	-	-
BRASESCO	31/07/2009	ALGODÃO	6,75% aa	26/03/2010	-	-	798	-	-	-
BRASESCO	19/10/2009	ALGODÃO	6,75% aa	16/06/2010	-	-	313	-	-	-
BRASESCO	17/11/2009	ALGODÃO	6,75% aa	15/07/2010	-	-	1.334	-	-	-
BRASESCO	11/11/2008	ALGODÃO	6,75% aa	10/05/2009	-	942	-	-	-	-
BRASESCO	15/08/2008	ALGODÃO	6,75% aa	10/04/2009	-	329	-	-	-	-
BRASESCO	14/12/2009	ALGODÃO	6,75% aa	11/08/2010	-	-	482	-	-	-
BRASIL	08/02/06	CAP GIRO	LIBOR + 2% aa	10/04/2009	2.852	929	-	-	-	-
BRASIL	31/07/2008	IMOBILIZADO	EURO + 6,01% aa	22/11/2011	1.522	5.079	3.770	2.485	-	-
BRASIL	31/03/2010	CAP GIRO	TR + 10,942% aa	25/05/2011	-	-	-	2.100	-	-
BRASIL	28/08/2009	CAP GIRO	VC + 2,15% aa	24/02/2010	-	-	1.943	-	-	-
BRASIL	30/10/2009	CAP GIRO	TR + 9,93% aa	20/10/2011	-	-	7.134	6.000	-	-
BRASIL	21/09/2007	CAP GIRO	TJLP + 2,53% aa	22/12/2008	4.620	-	-	-	-	-
BRASIL	25/03/2009	CAP GIRO	LIBOR + 7,5% aa	27/03/2012	-	-	3.063	1.840	651	-
BRASIL	28/07/2010	CAP GIRO	11,25% aa	15/06/2012	-	-	-	4.616	-	-
BRASIL	01/06/2007	CAP GIRO	11,12% aa	11/06/2008	754	-	-	-	-	-
BRASIL-NCI-FAT	21/09/2007	CAP GIRO	TJLP + 2,53% aa	21/08/2009	-	1.732	-	-	-	-
DIBENS	28/04/2008	IMOBILIZADO	IGP-M / IPCA	28/03/2011	-	68	13	-	-	-
HSBC	26/09/2008	ALGODÃO	6,75% aa	22/05/2009	-	1.090	-	-	-	-
HSBC	20/10/2007	ALGODÃO	6,75% aa	17/04/2008	249	-	-	-	-	-
HSBC	11/11/2007	ALGODÃO	6,75% aa	09/05/2008	1.463	-	-	-	-	-
HSBC	26/09/2009	CAP GIRO	DÓLAR + 6,7% aa	04/06/2012	-	-	3.482	2.222	834	-
HSBC	01/12/2010	ALGODÃO	6,75% aa	30/05/2011	-	-	-	1.728	-	-
HSBC	30/06/2007	IMOBILIZADO	IGP-M / IPCA	30/06/2012	-	158	28	-	-	-
ITAU	26/03/2007	CAP GIRO	103,80% do CDI	17/03/2010	2.280	1.742	884	-	-	-
ITAU	10/08/2009	ALGODÃO	6,75% aa	07/04/2010	-	-	1.220	-	-	-
ITAU	20/11/2009	ALGODÃO	6,75% aa	19/05/2010	-	-	804	-	-	-
ITAU	23/10/2009	ALGODÃO	6,75% aa	23/06/2010	-	-	600	-	-	-
ITAU	29/10/2009	ALGODÃO	6,75% aa	25/06/2010	-	-	589	-	-	-
ITAU	21/12/2009	ALGODÃO	6,75% aa	19/08/2010	-	-	759	-	-	-
ITAU	24/11/2009	ALGODÃO	6,75% aa	23/07/2010	-	-	253	-	-	-
ITAU	09/09/2009	ALGODÃO	6,75% aa	07/05/2010	-	-	529	-	-	-
ITAU	14/12/2009	ALGODÃO	6,75% aa	12/08/2010	-	-	1.154	-	-	-
ITAU	21/08/2008	ALGODÃO	6,75% aa	17/04/2009	-	902	-	-	-	-
ITAU	21/09/2009	ALGODÃO	6,75% aa	19/05/2010	-	-	785	-	-	-
ITAU	15/10/2010	ALGODÃO	6,75% aa	13/04/2011	-	-	-	4.676	-	-
ITAU	12/02/2007	CAP GIRO	LIBOR + 1,55% aa	20/01/2012	3.266	3.316	1.853	1.088	378	-
ITAU	28/03/2010	CAP GIRO	VC + 3,70% aa	21/03/2011	-	-	-	1.714	-	-
ITAU	23/04/2010	CAP GIRO	LIBOR 4,4% aa	30/03/2015	-	-	-	5.070	5.679	4.758
ITAUTEC	13/04/2007	IMOBILIZADO	IGP-M / IPCA	06/01/2012	-	239	226	77	16	-
SANTANDER	07/11/2010	ALGODÃO	6,75% aa	06/05/2011	-	-	-	2.786	-	-
SANTANDER	01/07/2010	CAP GIRO	LIBOR + 4,25% aa	16/06/2015	-	-	-	5.068	5.689	6.739
SANTANDER	05/04/2006	CAP GIRO	LIBOR + 2% aa	25/03/2009	-	473	-	-	-	-
SANTANDER	05/04/2006	CAP GIRO	LIBOR + 2% aa	10/09/2008	1.455	-	-	-	-	-
SANTANDER	16/05/2008	ALGODÃO	6,75% aa	12/11/2008	1.516	-	-	-	-	-
SANTANDER	18/09/2009	ALGODÃO	6,75% aa	14/05/2010	-	-	567	-	-	-
SANTANDER	25/08/2009	ALGODÃO	6,75% aa	22/04/2010	-	-	312	-	-	-
UNIBANCO	03/10/2007	ALGODÃO	6,75% aa	31/03/2008	1.745	-	-	-	-	-
UNIBANCO	07/01/2008	CAP GIRO	8,50% aa	17/01/2011	-	9.441	7.238	559	-	-
UNIBANCO	12/03/2008	IMOBILIZADO	7,00% aa	15/03/2016	-	6.992	6.272	5.905	4.507	3.253
UNIBANCO	09/02/2007	CAP GIRO	LIBOR + 2,08% aa	19/01/2012	4.494	4.981	2.933	1.477	544	-
VOTORANTIM	01/12/2010	ALGODÃO	6,75% aa	30/05/2011	-	-	-	840	-	-
BRASIL	22/02/2007	IMOBILIZADO	EURO + 1% aa	22/06/2012	4.768	4.623	2.614	1.456	473	-
BRASIL	28/09/2010	IMOBILIZADO	EURO + 3,45% aa	05/08/2016	-	-	-	1.640	3.259	1.564
BRASIL	28/09/2010	IMOBILIZADO	EURO + 3,2% aa	05/08/2016	-	-	-	-	-	1.213
BRASIL	26/05/2011	IMOBILIZADO	LIBOR+ 3% aa	09/09/2016	-	-	-	-	1.302	1.692
HSBC	07/01/2011	IMOBILIZADO	VC + 3,05% aa	14/12/2015	-	-	-	-	570	402
SANTANDER	28/04/2011	IMOBILIZADO	LIBOR + 4,25% aa	03/01/2013	-	-	-	-	789	223
HSBC	27/05/2011	IMOBILIZADO	VC + 3,05% aa	21/05/2016	-	-	-	-	2.296	1.885
ITAU	30/08/2011	ALGODÃO	6,75% aa	06/06/2012	-	-	-	-	4.740	-
BRASESCO	28/12/2011	ALGODÃO	6,75% aa	18/08/2012	-	-	-	-	1.104	-
BRASIL	29/12/2011	ALGODÃO	6,75% aa	18/08/2012	-	-	-	-	1.157	-
HSBC	22/11/2011	ALGODÃO	6,75% aa	06/07/2012	-	-	-	-	1.781	-
SANTANDER	23/12/2011	EXIM	9% aa	17/06/2013	-	-	-	-	6.012	-
BRASESCO	25/11/2011	EXIM	9% aa	15/05/2013	-	-	-	-	5.140	6.667
BRASIL	26/01/2011	CAP GIRO	IRP + 11,445% aa	26/12/2012	-	-	-	-	1.958	-
BRASIL	14/03/2011	CAP GIRO	IRP + 12,264% aa	14/02/2013	-	-	-	-	2.223	-
BRASIL	11/05/2011	CAP GIRO	IRP + 12,291% aa	29/04/2013	-	-	-	-	1.304	-
SANTANDER	16/02/2011	CAP GIRO	LIBOR + 5% aa	15/01/2016	-	-	-	-	6.703	7.317
HSBC	14/02/2011	CAP GIRO	LIBOR + 4,5% aa	18/01/2016	-	-	-	-	4.779	5.216
SANTANDER	29/03/2011	CAP GIRO	LIBOR + 5,1% aa	25/02/2016	-	-	-	-	5.868	4.718
HSBC	26/05/2011	CAP GIRO	LIBOR + 4,8% aa	26/04/2016	-	-	-	-	5.095	4.323
BRASIL	14/07/2011	CAP GIRO	VC + 2,42% aa	06/07/2012	-	-	-	-	1.897	-
VOTORANTIM	21/10/2011	CAP GIRO	TJLP + 7,89% aa	15/10/2014	-	-	-	-	6.143	-
SANTANDER	DIVERSAS	VENDOR	12,68% aa	DIVERSAS	-	-	-	-	4.118	184
ITAÚ BBA	06/09/2012	ALGODÃO	5,5% aa	26/04/2013	-	-	-	-	-	1.321
ITAÚ BBA	08/08/2012	ALGODÃO	5,5% aa	05/04/2013	-	-	-	-	-	1.078
ITAÚ BBA	19/11/2012	ALGODÃO	5,5% aa	10/07/2013	-	-	-	-	-	1.297
HSBC	11/10/2012	ALGODÃO	5,5% aa	29/05/2013	-	-	-	-	-	1.012
HSBC	06/12/2012	ALGODÃO	5,5% aa	27/07/2013	-	-	-	-	-	1.004
BRASIL	28/06/2012	ALGODÃO	5,5% aa	07/06/2013	-	-	-	-	-	1.413
SANTANDER	17/10/2012	ALGODÃO	5,5% aa	10/07/2013	-	-	-	-	-	1.421
SANTANDER	29/11/2012	ALGODÃO	5,5% aa	14/05/2015	-	-	-	-	-	2.976
BRASIL	29/05/2012	IMOBILIZADO	EURIBOR + 2,75% aa	16/07/2018	-	-	-	-	-	113
BRASESCO	13/09/2012	IMOBILIZADO	5,5% aa	04/12/2017	-	-	-	-	-	25.166
ITAÚ BBA	03/12/2012	CAP GIRO	CDI + 2% am							

Rua José Inácio Ribeiro, 28 - CEP 29

36.772-900 - CATAGUASES - MG - BRASIL

- CATAGUASES - MG - BRASIL

- Tel (32) 3422-2211 Fax (32) 3422-1382

www.cataguases.com.br

e-mail: cic@cataguases.com.br



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia mantém contratos de prestação de serviços bancários com diversas instituições financeiras como contratos de conta corrente e transferência bancária e contratos de prestação de garantias, etc.

- iii. grau de subordinação entre as dívidas (Não se aplica).

- iv. **comentário sobre eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

A Companhia possui dois contratos de empréstimo com cláusula restritiva, os quais foram cumpridos ou formalizados perdão por instituições financeiras no exercício de 2012, não sendo executada nenhuma sanção.

- g. limites de utilização dos financiamentos já contratados (Não se aplica)**

- h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

**Ativo Circulante – Aumento na ordem de 8,44%, em decorrência de:**

Contas a Receber de clientes: Redução em consequência da redução das vendas em virtude da retração do mercado em 2012.

Estoques: Redução do saldo para adequação aos novos níveis de produção em decorrência da retração do mercado em 2012.

**Ativo Não Circulante – Redução de 1,3% em virtude da redução nos investimentos.**

**Passivo Circulante – Redução da ordem de 24,73%, em decorrência de:**

**Empréstimos e financiamentos: Migração do passivo circulante para não circulante.**

**Dividendo/Participação dos empregados: Redução do lucro líquido da Companhia.**

**Passivo Não Circulante - Aumento da ordem de 3%, em decorrência basicamente de:**

**Empréstimos e financiamentos: Migração do passivo circulante para não circulante.**

**Passivo Fiscal Diferido: Aumento em razão da reversão dos Encargos de Capacidade Emergencial em decorrência do prazo prescricional para cobrança.**

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

**10.2 Os diretores devem comentar****a. resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita operacional da Companhia é composta pela venda de tecidos 100% algodão.

**ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

As vendas físicas da Companhia em 2012 consolidaram 25.277 mil metros lineares de tecidos, quantidade esta 14,34% menor que o registrado em 2011. Esta queda nas vendas foi verificada mais intensamente no mercado externo, onde registramos um volume menor de 23,92%, enquanto no mercado interno registramos uma redução de 11%. Apesar da redução nas quantidades comercializadas a Companhia experimentou uma melhora substancial na receita líquida por metros lineares quando comparada com a verificada em 2011. No mercado interno esta melhora foi de 1,65%, enquanto no mercado externo registramos uma melhora de 19,48%, reflexo da variação cambial.

**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A receita líquida alcançou R\$192.686 mil em 2012 (R\$212.766 mil em 2011), apresentando uma redução de 9,44%. Em relação à conjuntura econômica Brasileira, o ano de 2012 foi marcado pela queda no volume físico das vendas, contudo minimizada pela melhora na receita líquida por metros lineares vendidos. O custo dos produtos vendidos em 2012 foi de R\$ 157.604 mil, R\$ 162.614 mil em 2011. A redução tem como principal motivo a queda no volume das vendas. Com a finalidade de se adequar a demanda, baixar estoques e priorizar o fluxo de caixa, a Companhia reduziu a produção em 19,02%, de 29.878mil metros lineares em 2011 para 24.193 mil metros lineares em 2012. Nominalmente observa-se uma redução de 7,85% (R\$33.993 mil em 2012 e R\$36.888 mil em 2011) nas despesas comerciais, gerais e administrativas e que os patamares de gastos estão em linha com o nível de vendas de 2012, mantendo a relação OVER HEAD/Receita líquida estável.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

O resultado financeiro líquido em 2012 totalizou R\$ 1.938 mil, contra R\$ 3.169 mil em 2011, a redução de 38,84% está diretamente relacionada com a variação cambial líquida negativa que representou em 2012 R\$ 3.929 mil.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*



**10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

- a. introdução ou alienação de segmento operacional (Não se aplica).
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária (Não se aplica).
- c. eventos ou operações não usuais (Não se aplica)

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10.4 Os Diretores devem comentar sobre:**

- a. As mudanças significativas nas práticas contábeis (Não se aplica).
- a. Os efeitos significativos das alterações em práticas contábeis (Não se aplica).
- c. As ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não há ressalvas, limitações de escopo ou mesmo parágrafos de ênfase no parecer auditor independente.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

**10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

Abaixo apresentamos as práticas contábeis que, na avaliação da Administração, são as mais relevantes na confecção e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia:

*1. Moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

*2. Instrumentos financeiros**Ativos financeiros não derivativos*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa do Grupo são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

*Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia e sua controlada reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando suas obrigações contratuais são retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e sua controlada tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

*Capital Social**Ações ordinárias*

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

*Ações preferenciais*

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo

**3. Imobilizado***Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em 31 de dezembro de 2006 efetuada no BR GAAP.

A Companhia optou por valorizar alguns dos seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que o custo histórico deduzido não representa a melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução do valor recuperável quando requerido e por não apresentar os seus valores de aquisição de maneira consistente aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui: a) o custo de materiais e mão de obra direta; b) outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; c) e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado

*Custos subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

*Depreciação*



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas a seguir:

	<u>Vida útil (em anos)</u>
Edificações	18,2
Máquinas e equipamentos	11,1
Instalações	11,1
Móveis e utensílios	10 e 5
Veículos	5
Intangível	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**4. Redução ao Valor Recuperável (Impairment)***Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e da sua controlada, exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixas futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de imposto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para finalidade de testar o valor recuperável os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou UGC). A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 01 de janeiro de 2009.

*Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

**5. Benefícios a empregados - Planos de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

**6. Provisões para contingências**

	Controladora e Consolidado				
	31/12/2011	Adição	Baixa	Atualização	31/12/2012
Trabalhista	10	-	-	-	10
Tributária	7.441	-	-	-	7.441
Cível	6.457	-	(2.399)	63	4.121
Outras	2.287	-	-	-	2.287
	16.195	-	(2.399)	63	13.859
Depósitos judiciais	(5.343)	(130)	550	-	(4.923)

A Companhia e sua controlada são parte (polo passivo) em ações judiciais perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Considerando o prognóstico dos processos judiciais em andamento classificados em perda provável, possível ou remota, realizado pelos nossos assessores legais, registramos a provisão para perdas prováveis. Portanto, uma contingência é reconhecida em nosso Balanço quando: (a) a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação possa ser estimado com

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009



suficiente segurança. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas de risco exigidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas juntos aos nossos assessores legais e consultores jurídicos internos. Em 31 de dezembro 2012, a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante aproximado de R\$ 2.115 referente a causas de natureza cível, tributária e trabalhista que não estão provisionados.

Do montante líquido de contingências destacamos os principais processos:

*a. Tributárias:*

ICMS – Tarifa do Uso da Rede do Sistema Nacional de Energia Elétrica (“TUSD”) - MG - Refere-se à discussão judicial sobre a legalidade da cobrança do ICMS sobre o direito de uso das linhas de transmissão de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2012, a provisão constituída monta a R\$3.916 (R\$3.916 em 31 de dezembro de 2011). Os depósitos judiciais efetuados no âmbito desse processo montam em R\$3.916 nas mesmas datas base.

Conforme descrito na Nota explicativa 10a, em 30 de novembro de 2011 a Companhia protocolou requerimento relativo a “Utilização do referido crédito acumulado para pagamento de crédito tributário relativo ao ICMS (TUSD)” e solicitando a liberação do depósito judicial no mesmo montante (valor não atualizado) a seu favor, referente a lide. Em 02 de dezembro de 2011, a Procuradoria da Dívida Ativa do Estado de Minas Gerais deferiu o requerimento restando apenas as formalizações legais para conclusão do acordo.

Em 14 de dezembro de 2012, com a aprovação da Lei Estadual 20.540, autorizando o poder executivo a dispensar o pagamento do ICMS, multa e juros relativo aos encargos de Conexão e à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD no fornecimento de energia elétrica, a Companhia suspendeu o acordo anterior e aguarda a publicação do Decreto que permitirá a operacionalização do pedido junto da dispensa do débito, e solicitar a liberação do depósito judicial a seu favor, aos órgãos competentes

Auto de Infração INSS – refere-se à discussão sobre suposta irregularidade na apuração e recolhimento das verbas previdenciárias sobre assistência médica, seguro de vida, cartão de crédito corporativo e vínculo empregatício no valor de R\$2.933. A autuação ocorreu em 01 de dezembro de 2010, a Companhia apresentou defesa em 29 de dezembro de 2010, a discussão encontra-se em esfera administrativa.

*b. Cível:*

Discussão contratual de reajuste de preço de energia elétrica – Em fevereiro de 2006, a Companhia ingressou com uma ação ordinária de revisão contratual em face de um de seus fornecedores de energia elétrica. O objeto dessa ação judicial é discutir o reajuste dos valores contratados. O saldo remanescente dessa discussão legal é de R\$44.367 (R\$43.398 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia efetuou depósitos judiciais para essa causa no montante de R\$23.648, tendo sido levantado pela parte contrária, R\$ 17.197 em 30 de junho de 2010 e R\$ 6.451 em 22 de junho de 2011.

A diferença entre os valores efetivamente depositados e o valor cobrado em documento fiscal foi de R\$ 20.719. Considerando o andamento do processo a Companhia, com base no parecer de seus assessores jurídicos, provisionou adicionalmente o montante de R\$ 4.043.

Ação rescisória nº 2306 - ajuizada perante o STF, com intuito de desconstituição parcial da coisa julgada e com nova apreciação única e exclusivamente da questão relacionada aos honorários de sucumbência arbitrados de

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009*

forma irrazoável no valor de R\$ 2.254 em setembro de 2011, devido a uma ação ordinária (24.97.108265-6 – 3ª Vara da Fazenda Estadual de BH) onde se buscava originariamente o reconhecimento de crédito de ICMS, não sendo a Companhia devedora do Estado de qualquer valor referente ao tributo.

Encargo de Capacidade Emergencial (“ECE”) – Refere-se à discussão judicial visando declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do ECE e Encargos de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial (“EAEEE”), em virtude da existência de vícios técnicos quando da instituição dessas exações. Contudo, em 21/06/2011, foi publicada sentença que julgou improcedente o pedido formulado, sob o fundamento de que o STF, em controle concentrado de constitucionalidade já decidira a questão de forma desfavorável aos contribuintes. A Companhia deliberou pela não interposição de Recurso de Apelação e em 25/08/2011 a decisão desfavorável a Companhia foi transitada em julgado. Em 30 de junho de 2012, a provisão constituída monta a R\$2.399 (R\$ 2.338 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia efetuou depósitos judiciais para essa causa no montante de R\$335. Conforme parecer do patrono da ação, ao ECE é aplicável o Decreto nº 20.190/32 no que diz respeito a prescrição, uma vez que se trata de relação com a Administração Pública, este estabelece o prazo prescricional quinquenal (5 anos). Assim a União Federal teve o prazo de 5 anos, contados da data em que foi restabelecida a exigência do ECE (16/08/2005) para promover a ação de cobrança dos valores referentes à ECE, não tendo sido tal medida ajuizada até a presente data, os valores relativos ao ECE devidos pela Companhia encontram-se prescritos, sendo aplicável a reversão da provisão vinculada ao processo.

#### *7. Informação por segmento*

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

- a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Companhia vem promovendo um fortalecimento da sua estrutura geral de controles internos buscando estruturar a coordenação interna e equipe para acompanhar e absorver a metodologia de gestão de riscos.

- b. comentários sobre as deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório de recomendações sobre os controles internos apresentado pelo auditor independente contém recomendações de materialidade não relevante para o valor e capacidade de pagamento da companhia e está sendo acompanhado pela administração.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10.7. Comentários sobre oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar :**

- a.** comentários sobre como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não foi realizada oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia

- b.** comentários sobre desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica

- c.** comentários sobre tais desvios

Não se aplica.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10.8 Comentários sobre itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

- a. Comentários sobre ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
  - i. Comentários sobre arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
  - i. Comentários sobre carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
  - ii. Comentários sobre contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
  - iii. Comentários sobre contratos de construção não terminada
  - iv. Comentários sobre contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia, em 31 de dezembro de 2012, não possui ativos e/ou passivos que não aparecem em suas demonstrações financeiras ou que não estejam divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

- b. Comentários sobre outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras (Não se aplica).

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Formulário de Referência – Companhia Industrial Cataguases

*Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009***10.9. Comentários sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8 :**

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

- b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.